

# AduSP

INFORMATIVO

## Valorização salarial, plano de saúde e nova carreira exigem posição da Assembleia

Sabemos que o reinício das aulas é sempre um momento intenso, repleto de tarefas e atividades. Mesmo assim, não podemos adiar nossa assembleia, que acontecerá no próximo dia 30/8, tendo em vista a urgência em definir encaminhamentos para várias questões, algumas já presentes há algum tempo, outras mais recentes. Vamos a elas:

**1. Carreira docente.** Como sabem, sem a prometida votação de todos os destaques apresentados por membros do Conselho Universitário (Co) e com os problemas apontados no *Informativo Adusp* 329, a reunião do Co realizada em 5/7 votou a regulamentação dos mecanismos de avaliação para progressão horizontal na nova carreira, tendo sido atingido o quórum de 2/3, necessário para sua aprovação. Além disso, a Reitoria já encaminhou circulares às unidades solicitando que a) sejam elaboradas listas tríplices para composição da Comissão Central de Avaliação para Progressão de Nível na Carreira Docente (CCAD) e das Comissões de Avaliação Setorial (CAS) e b) sejam sugeridos critérios de avaliação a serem adotados nas áreas pertinentes a cada unidade. Tudo isso, com prazo

até 20/9! Mais ainda: já estão abertas as inscrições para o primeiro processo de avaliação para progressão na carreira docente de Professores Doutores e Associados. Precisamos, portanto, tomar posição frente a algumas questões que essa situação suscita.

Em primeiro lugar, acreditamos ser necessária uma manifestação de nossa assembleia acerca do conteúdo da regulamentação aprovada, principalmente no que diz respeito à decisão de a avaliação ser realizada por pareceristas e não por bancas públicas. Além disso, teremos também que decidir o que fazer com as ações judiciais contra a nova carreira docente que ainda estão em curso. Devemos levá-las até o fim, ou retirá-las? Precisamos refletir sobre essa questão, pois ambos os caminhos têm implicações importantes. Retirando as ações, estaremos abrindo mão (ao menos por enquanto) de lutar judicialmente contra a implementação da nova carreira. Deixando, ao contrário, que as ações sigam seu trâmite, uma eventual vitória poderia acarretar problemas para os docentes que já tenham progredido nos níveis horizontais. Não é uma decisão fácil e, por isso

mesmo, precisamos tomá-la após discussão coletiva na assembleia, com todos os interessados.

**2. Valorização dos níveis iniciais da carreira.** Fomos informados pelo chefe de gabinete da Unesp de que no próximo dia 5/9 os três reitores se reunirão para discutir a questão e que, posteriormente, deverá ser agendada reunião do Cruesp com as três associações docentes. Cabe a nossa assembleia reiterar a urgência de que as reitorias negociem a pauta específica dos docentes das três universidades.

**3. Mudança da sede da Adusp.** Como noticiado (*Informativo Adusp* 330), a Reitoria solicitou que a Adusp deixe o espaço que ocupa há mais de 20 anos, em função da reforma no prédio da Antiga Reitoria. Ao mesmo tempo, a Reitoria colocou dúvidas quanto à legalidade da cessão de espaços para o funcionamento de sindicatos. Encaminhamos então, a pedido do reitor, ofício à Reitoria no qual manifestamos a compreensão de que não há objeção legal a que a USP ceda espaço no campus para a Adusp. Anexamos pareceres da Consultoria Jurídica (CJ) da USP, datados de 2009,

que respaldaram a cessão de espaço no campus de Ribeirão Preto para a subsede da Adusp — ocorrida em abril de 2010, portanto já na gestão Rodas.

Fomos informados de que nossa manifestação foi encaminhada à CJ e, enquanto a Reitoria aguarda a manifestação da consultoria acerca de seu próprio parecer (!), nos foi oferecido um espaço no prédio da Administração da antiga Prefeitura do Campus, para sede provisória. Fomos conhecê-lo no dia 12/8 e manifestamos ao professor Amadio, chefe de gabinete, que nos acompanhou na visita, nossa intenção de negociar com a Reitoria um “pacote” completo, envolvendo uma solução provisória e outra definitiva. Ele nos informou, então, de que uma solução definitiva dependeria da posição da CJ acerca do tema... Insis-

timos com ele ser necessário acelerar esse processo, para que possamos retomar o diálogo com a Reitoria sobre a questão. Afinal, parece que as obras no prédio da antiga Reitoria estão começando...

**4. Plano de saúde.** Fomos surpreendidos por recente resolução do reitor (USP-5964), *ad referendum* dos colegiados, que cria o Sistema Assistencial de Saúde Próprio da Universidade de São Paulo, que pretende oferecer aos servidores da USP assistência médica ambulatorial e hospitalar. A resolução, publicada no *Diário Oficial* em 10/8/2011, estabelece três modalidades assistenciais: Plano Básico, Plano Especial e Plano Nacional. O Plano Básico será gerido pela Coordenadoria de Saúde da USP, enquanto será contratada em-

continua na p.4



Leia a cobertura da reunião do CR da Adusp ocorrida em 19/8 no campus de Ribeirão Preto, p.3

## Assembleia Geral da Adusp

### 30/8, 3ªf, 17h, Aud. Abraão de Moraes (IF)

Na pauta: valorização dos níveis iniciais da carreira / plano de saúde / carreira docente

# Da inovação pedagógica ao desafio de formar gerontólogos

**P**ublicamos nesta edição mais um texto sobre os novos cursos da USP, dando continuidade à série iniciada na edição 326 do Informativo Adusp. O texto a seguir explica as finalidades do curso de graduação em Gerontologia da EACH e é de autoria da professora Ângela Maria Machado de Lima Hutchison.

O primeiro curso de graduação em Gerontologia do Brasil, com grau de bacharelado, opera desde 2005 na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (EACH). O desafio da mais nova unidade da USP, organizada a partir do princípio da interdisciplinaridade e que conta com 10 cursos, é a inovação pedagógica, ao buscar atender às emergentes necessidades sociais do país, relativas à for-

mação de profissionais com perfis, competências e habilidades multidisciplinares.

No caso específico de Gerontologia, o curso foi criado com intuito de formar profissional competente para atender às necessidades dos que envelhecem, tendo como base o envelhecimento da população brasileira e a consulta realizada pela USP à comunidade residente na Zona Leste quando proposta, em 2003, a instalação da EACH, então projeto USP Leste. O resultado da consulta apontou importante interesse da população local em um curso voltado para a problemática do envelhecimento, dos idosos e de suas necessidades.

Em consonância com a inovação pedagógica proposta pela EACH, o projeto pedagógico do curso de Gerontologia se inspirou no modelo integra-

tivo de matriz curricular, posição indicada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) para as instituições de ensino superior há cerca de uma década.

Em grandes linhas, esses estudantes são formados para atuar como *gestores de atenção em Gerontologia*. O curso oferece também a possibilidade de que eles desenvolvam carreira acadêmica, ou de pesquisa, nas diversas áreas que compõem o campo das ciências que estudam o envelhecimento humano.

## Generalista

Esses objetivos gerais se traduzem em disciplinas e atividades práticas contidas na estrutura curricular (ou projeto político-pedagógico) do curso de Gerontologia, apresentada, em síntese, a seguir. Essa estrutura organiza-

se em oito semestres com disciplinas de três grandes áreas; e oferece aos estudantes formação integral sobre o processo de envelhecimento humano (individual e populacional) e a velhice, buscando integrar conhecimentos e práticas oriundas das ciências biológicas, psicológicas, sociais e sociais aplicadas (assistência social e gestão). O profissional egresso desse curso, o gerontólogo, atua como gestor de organizações, formulador de políticas públicas para o envelhecimento saudável, gestor de casos, além de contribuir com a produção de conhecimentos científicos no campo da Gerontologia.

Sabemos que no campo da Gerontologia intervenções no campo da saúde, da assistência social e de outras áreas já são realizadas, há algu-

mas décadas, por equipes multiprofissionais compostas por especialistas. Tal configuração especializada, porém, tem se demonstrado insuficiente no que se refere à realização da gestão integral de organizações, casos, políticas e recursos. Pesquisas e experiências nacionais e internacionais indicam que a gestão integral favorece o planejamento, a execução e a avaliação de ações, sobretudo por seu potencial de promover a melhor adequação possível de recursos às sofisticadas necessidades e serviços oferecidos.

O desafio da EACH é formar o gerontólogo com competência generalista e habilidade para atuar como articulador de ações e contribuir para aprimorar as teorias e as práticas gerontológicas vigentes.

## Professores cobram do MEC iniciativas em defesa do Piso Nacional do Magistério

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realizou em 16/8 um Dia de Paralisação Nacional para cobrar a implementação do Piso Nacional do Magistério, fixado pela lei 11.738/2008. Nessa mesma data a diretoria da entidade se reuniu com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para debater as principais reivindicações dos educadores e cobrar do MEC iniciativas em favor da Lei do Piso.

A CNTE pediu a Haddad gestões para que o Supremo Tribunal Federal (STF) publique o acórdão favorável à Lei do Piso e para que o Congresso Nacional vote o PL 3.776/2008 sobre a fórmula de reajuste do Piso Salarial. Propôs, ainda, que o MEC estabeleça convênios de programas e sistemas de

ensino para a educação básica somente com estados e municípios que cumpram a Lei do Piso; que homologue os pareceres do Conselho Nacional de Educação que tratam do caráter de improbidade administrativa quando os gestores não cumprirem a Lei; e que aprove o parecer sobre os padrões de qualidade para o ensino da educação básica: custo aluno-qualidade.

Além disso, a entidade chamou a atenção para as greves de professores das redes públicas estaduais que estão acontecendo no país, principalmente as de Minas Gerais, Ceará e Sergipe, que já duram mais de 60 dias, e solicitou a intervenção de Haddad nessa questão, em favor da categoria, que luta para que o piso seja acatado por esses governos.

## Acórdão do STF

“Diante da persistência de gestores em protelar a aplicação integral da lei 11.738/2008”, a CNTE decidiu reiterar a jurisprudência do STF que dispensa a publicação de acórdão — bastando, portanto, a ata do julgamento — para efetivar o direito proclamado pelo plenário da corte. Embora até agora o acórdão do julgamento de mérito da ADIn 4.167 (impetrada pelos governadores de RS, SC, PR, MS e CE em contestação à constitucionalidade da lei 11.738/2008) não tenha sido publicado, a entidade considera que desde 6/4, quando foi julgada a primeira parte da ADIn, relativa à vinculação do piso ao vencimento (e não à remuneração) inicial das carreiras dos profissionais do magistério

com formação normal de nível médio, todas as administrações públicas do país estão obrigadas a adaptar seus planos de carreira utilizando o piso nacional como referência mínima. E para que o efeito vinculante da decisão do STF seja garantido, basta a apresentação da ata do julgamento. O descumprimento da decisão enseja reclamação perante o próprio STF, que deve ser apresentada pelos sindicatos da categoria.

Em relação à vinculação da hora-atividade à jornada de trabalho estipulada nos planos de carreira locais, a decisão do STF foi também pela constitucionalidade da lei, mas sem aplicação do efeito vinculante. Em caso de descumprimento desse preceito por parte dos gestores, ao invés de reclama-

ção ao STF, os sindicatos deverão acionar o judiciário local.

Em Cubatão, a proposta de reformulação da lei complementar que instituiu o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, apresentada pela prefeita Márcia Rosa em 3/8, já garante o cumprimento de 2/3 da jornada de trabalho em sala de aula e o restante destinado à realização de Horário de Trabalho Pedagógico (HTP), formação continuada em serviço e horário livre para a produção de atividades relacionadas ao trabalho docente — cumprindo, assim, o artigo 2º, parágrafo 4º, da Lei do Piso. Nele é garantido “o limite máximo de 2/3 da carga para o desempenho de atividades de interação com os educandos”.



# CR da Adusp reuniu-se em Ribeirão Preto

**A**posentadoria especial, assédio moral sofrido por docentes, Plano Nacional da Educação. Estes foram alguns dos pontos discutidos na reunião do Conselho de Representantes da Adusp (CR) realizada na subsede de Ribeirão Preto, no dia 19/8.

Sobre as aposentadorias especiais por trabalho em condições insalubres, o professor Ciro Correia, do GT Jurídico, informou aos representantes que será divulgada em breve uma consolidação da legislação existente, inclusive orientações sobre a conversão de tempo de trabalho em situação insalubre em tempo comum. Os representantes apresentaram dúvidas sobre algumas situações. A professora Heloísa Borsari, presidente da Adusp, informou que será organizado, em setembro, um debate sobre a Previdência.

O CR constatou a ocorrência de diversos casos de assédio moral em unidades da USP e discutiu formas de combater essa prática. Verificou-se que há casos relacionados a pressões produtivistas, que geram estresse e depressão nos docentes vitimados por elas. Outros episódios estão relacionados ao método de contratação: docentes jovens, recém-contratados, são constrangidos a trabalhar antes mesmo de tomar posse, e a assumir extensa carga didática.

## Perfil

A diretoria da Adusp apresentou aos representantes o material impresso que será utilizado num levantamento do perfil dos docentes, que terá início nas próximas semanas em quatro unidades: Instituto de Psicologia, Esco-



Conselho debateu PNE e problemas da categoria

la de Artes, Ciências e Humanidades, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto e Faculdade de Educação. A enquete indaga ao professor: “Quais são suas preocupações com relação ao seu trabalho na universidade?”

A partir de um informe da

professora Líghia Horodinsky-Matsushigue, do GT Educação, o CR discutiu diversos aspectos do Plano Nacional da Educação (PNE) 2011-2020. A insuficiência de recursos (apenas 7% do PIB), a expansão do ensino superior majoritariamente

por via privada (74% das matrículas) e a elevação da relação estudantes/professor para 18, prevista na estratégia 12.3, preocuparam os membros do CR.

Foi aprovada a ideia de encaminhar uma carta às comissões de graduação e ao Conselho de Graduação da USP, para que se pronunciem a respeito das muitas questões relevantes envolvidas no PNE 2011-2020. Outras iniciativas serão sugeridas ao GT Educação do Andes-SN.

Os representantes também receberam informes sobre a mudança da sede da Adusp no campus de São Paulo, sobre as tratativas com o Cruesp acerca da valorização dos níveis iniciais da carreira docente e sobre a Jornada Nacional de Lutas, iniciada em Brasília no dia 17/8.

## Abono de Permanência independente de requerimento

O abono de permanência devido ao servidor público que preencha os requisitos para a aposentadoria voluntária, mas opte por permanecer em atividade, deverá ser concedido a partir da data da efetiva aquisição do direito e independentemente de requerimento, esclarece a assessoria jurídica da Adusp.

Não há dúvida: o direito constitucional ao abono de permanência prescinde de requerimento, até porque o texto constitucional é expresso em exigir apenas a implementação das condições para a aposentadoria, ou seja, tempo para aposentar e a permanência em atividade.

Qualquer restrição à concessão do abono de permanência, seja por meio de lei complementar estadual, seja por decreto regulamentador, é inconstitucional, já tendo o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Supremo Tribunal Federal pacificado entendimento neste sentido.

Na eventualidade da Universidade iniciar o pagamento do abono após a data da aquisição do direito, os valores atrasados devem ser creditados na conta do docente

Eventual ofensa ao referido direito constitucional poderá ser corrigida através de ação judicial.

## Greve de fome radicaliza luta por mudanças na educação chilena

As manifestações dos estudantes chilenos por educação pública, gratuita e de qualidade já se estendem por meses no Chile. Tanto o setor universitário como o ensino médio estão paralisados e exigem “garantias” para aceitar diálogo com o governo do presidente Sebastián Piñera. No entanto, as cenas de violência policial em Santiago e outras cidades marcaram os cinco grandes protestos públicos que chegaram a agregar até 500 mil pessoas.

Há quase cinco semanas, 40 estudantes aderiram a outra forma de protesto: a greve de fome. Segundo o Portal Terra (16/8), o ministro da Saúde, Jaime Mañalich, declarou que alguns alunos já perderam 8 quilos, sofreram diminuição de massa muscular, apresentam baixa pressão arterial, cólicas intensas e desi-

dratação. A médica que acompanha os estudantes, Nuñez Allende, alertou que após 30 dias sem comer aumentam os riscos para o sistema imunológico e cardíacos (*Correio Brasiliense*, 16/08). Desde 15/8, três estudantes da cidade de Buin, próxima a Santiago, pararam de ingerir líquidos, fator clímax da tensão que desencadeou na ocupação do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) por artistas chilenos que cobram do governo uma rápida solução principalmente para o caso desses estudantes.

No dia 17/8, o governo chileno entregou nova proposta aos estudantes em resposta às manifestações. De acordo com o jornal argentino *Página 12* (18/8), a situação que se torna cada vez mais delicada levou o governo Piñera a

apresentar novas ofertas: ampliar o número de bolsas de estudo, reduzir juros de empréstimos para financiar o ensino superior (de 5,6% para 2%), transferir os colégios municipais ao Estado central e assegurar a qualidade do ensino em todas as áreas. Entretanto, alunos e professores rejeitaram o novo pacote de medidas anunciadas pelo governo para acabar com o conflito.

“Precisamos de esclarecimento, ainda há muitas lacunas”, disse Camila Vallejo, presidente da Federação de Estudantes da Universidade do Chile, para quem o anúncio oficial deixou mais dúvidas do que certezas. “Ainda não vejo como garantir constitucionalmente que o Estado não seja apenas fiador, mas sim responsável e provedor da educação pública”.

# Greve paralisa totalmente a EEL

Uma greve iniciada no dia 11/8 paralisou totalmente as atividades da Escola de Engenharia de Lorena (EEL), antiga Faenquil. “A escola está 100% parada”, informa o professor Domingos Sávio Giordani, do Departamento de Química. O estopim da greve foi a renovação, sem alterações, do convênio firmado em 2006 entre a USP e o governo do Estado, que mantém o quadro de pessoal da EEL sob a administração da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT), portanto sem vinculação à USP, o que se reflete em regime salarial diferenciado, com valores inferiores aos pagos pela universidade.

“Em 10 de agosto de 2011, findo o convênio que regularizou a prestação de serviços à USP nos primeiros cinco anos da incorporação, fomos surpreendidos com a notícia de que

o atual convênio, e não o novo proposto pela USP, seria renovado por mais cinco anos, o que para nós é inadmissível, pois prorroga a situação insustentável em que nos encontramos”, explica a Carta Aberta dos Docentes da EEL, segundo a qual “há servidores que não têm reajuste salarial há seis anos, gerando defasagens de até 50% quando comparados aos salários de servidores que desempenham funções idênticas na USP”. Em 25/2 e 7/3/2008, a unidade esteve em greve pelo mesmo motivo (*Informativo Adusp* 253).

“Os alunos também estão apoiando o movimento. Fizemos uma assembleia com mais de 200 pessoas, foi uma surpresa para nós, porque eles são os prejudicados e achamos que provavelmente iriam viajar, se ausentar da escola. Mas estão fazendo um movimento enorme”, relata o professor Giordani.

“Queremos trabalhar, mas queremos isonomia. Não queremos tratamento diferenciado e para pior”, afirma o professor André Prado, do colégio de aplicação da EEL (Copel). Ele lembra que desde a incorporação da antiga Faenquil a perspectiva era a transferência para o quadro da USP. “Mas não ocorreu, e a gente ficou dentro da secretaria, meio dividido, como prestador de serviços, num termo de anuência, um convênio no qual a gente fica empregado para a USP. Recebemos vale-alimentação, umas coisinhas simples. Mas a secretaria nega sexta-parte, nega quinquênio...”

## Diretor apoia

O único funcionário da USP na EEL apoia a greve. Trata-se do diretor da unidade, o professor Nei Fernandes de Oliveira Jr. “O secretário [Paulo Alexandre Barbosa] pe-

diu que eu terminasse a greve. A greve não é minha. São cinco anos de promessas não cumpridas”, declara ao *Informativo Adusp*. “É extremamente difícil para mim administrar um quadro cujo RH está na Secretaria. A reivindicação dos funcionários também é minha, é encampada pelo diretor. A universidade sempre soube disso”.

Ele confirma que no dia 16/8 houve uma reunião entre o secretário e o reitor, na qual foi decidido um plano de ação. “Estive no Palácio dos Bandeirantes e fui informado, mas não participei da reunião. A proposta é de um convênio que vai permitir à USP, através de gratificações, equiparar os salários do funcionalismo daqui aos salários da USP. O convênio anterior proibia isso”. O diretor acredita que em breve a proposta será apresentada ao movimento, “e o pessoal

vai estudar e decidir os rumos”. No entanto, adverte ele, a greve tem outro foco, que é a administração do quadro diretamente pela universidade.

A antiga Faenquil era uma autarquia de regime especial, como as universidades públicas estaduais. Como os celetistas da administração direta não têm os mesmos direitos dos estatutários, o pessoal da EEL, ao passar à alçada da SDECT, terminou por perder direitos: “Houve uma auditoria na folha de pagamentos, e tudo aquilo que não é direito do celetista foi cortado. Todos os pró-labores foram cortados”. O resultado disso é uma “enorme quantidade de processos na justiça” contra o Estado, geralmente vitoriosos. Mas o pior problema, segundo o diretor, é que “o índice do Cruesp não pode ser usado para os funcionários do Estado”.

## continuação da matéria de capa

presa para operacionalização dos Planos Especial e Nacional, que serão implementados se houver adesão de, no mínimo, 1.500 usuários em cada um deles. Ainda segundo a resolução, as contribuições pagas pelos beneficiários destes planos “ficarão depositadas em conta específica administrada pela USP e constituirão reserva para pagamento dos serviços e procedimentos realizados fora da rede assistencial básica, observadas as coberturas e regras previstas nos respectivos planos”. A resolução prevê também que o atendimento de todos os beneficiários e dependentes que aderirem ao Plano Básico seja realizado em “rede assistencial básica de âmbito regional, com acomodação em enfermaria, sendo integralmente custeado pela USP”. Ah, em tempo: aqueles que preferirem ser

atendidos apenas no HU e demais serviços de atendimento próprios da Universidade poderão optar por não ingressar no Sistema, “mediante requerimento escrito dirigido à Coordenadoria de Saúde”. Quem entendeu como o sistema funcionará? Que estudos respaldam essa resolução? Apenas a deliberação dos presidentes da CLR e da COP, mencionadas logo no início da resolução? Quem foi informado sobre isso? Que unidade teve a oportunidade de se manifestar a respeito? Que empresa a Reitoria pretende contratar e com que critérios?

Visando ao esclarecimento dos colegas acerca de tema tão fundamental, a diretoria da Adusp encaminhou convite à Reitoria para que compareça à Assembleia de 30/8 para nos ajudar a dirimir as dúvidas. Nosso GT-Saúde, que se reuni-

rá no dia 1º/9, certamente tratará também de discuti-lo.

**5. Convênio com a Secretaria de Segurança do Estado.** Como já noticiado em 5/8, o Conselho Gestor do Campus da Capital aprovou convênio a ser assinado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, visando a implementar medidas de policiamento e segurança na Cidade Universitária. Uma das ações previstas é a alocação de equipe fixa de viaturas e equipamentos no campus. O que pensamos disso? A presença da PM no campus, agora permanentemente, nos trará mais segurança? E as medidas de prevenção, como iluminação, a quantas andam?

Bem, assunto não nos falta! Precisamos agora construir uma assembleia geral forte, precedida de discussões nas unidades!



Sarau da Adusp  
convida para debater

## Estado Laico e Direitos Humanos



**Paulo Mariante**

Advogado e Coordenador de Direitos Humanos do Identidade - Grupo de Luta Pela Diversidade Sexual

**Paulo Roberto Iotti Vecchiatti**

Advogado, especialista em Direito Constitucional. Autor do livro “Manual da Homoafetividade. Da Possibilidade Jurídica do Casamento Civil, da União Estável e da Adoção por Casais Homoafetivos”. Co-autor do livro “Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo”

**25/8, quinta-feira, 18h  
na sede da Adusp**

prédio da Antiga Reitoria, entrada lateral

